

Art. 238

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamentos e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 1990." (BRASIL, 1990, p. 100)



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 238. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:02223 DT REC:29/04/87

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE NORMA QUE TORNE PRIVATIVA DAS EMPRESAS NACIONAIS A DISTRIBUIÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE ÁLCOOL CARBURANTE.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas sobre o tema.

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

3 – Subcomissões temáticas

FASE A – Anteprojeto do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	A matéria não foi localizada nesta Fase.

4 – Comissões temáticas

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Não foram localizadas emendas.
FASE F – Substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Não foram localizadas emendas.
FASE H – Anteprojeto da comissão	A matéria não foi localizada nesta fase.

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Não foram localizadas emendas.
FASE L – Projeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Não foram localizadas emendas.
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.

FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE P – Segundo substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 7. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 2045, art. 71.</p> <p>Requerimento de destaque/fusão de emendas. A fusão foi aprovada.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/06/1988, a partir da p. 11796.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	ADCT Art. 51. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios constitucionais.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 237. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.</p> <p>Nota: o Relator deslocou o artigo das disposições transitórias para as disposições gerais.</p>

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p>
---	--

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	Na Comissão de Redação, foi questionada pelo constituinte Ricardo Fiúza o deslocamento do artigo das disposições transitórias para as disposições gerais. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B , pp. 90-91
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 238. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição. Nota: Na Comissão de Redação houve renumeração de artigos.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE S⁴

EMENDA:00237 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL/CE)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 201

Acrescente-se o seguinte é 2 ao art. 201 do Projeto de Constituição (A), passando o atual parágrafo único a constituir o é 1, e, em consequência, suprima-se o inciso V do art. 207
Art. 201

§ 1

§ 2 A lei de que trata este artigo disciplinará especificamente a participação das empresas brasileiras de capital estrangeiro nas atividades de distribuição de combustíveis e lubrificantes, derivados do petróleo, e do álcool etílico hidratado, com vistas à fixação dos limites máximos de participação individual de cada empresa nas mencionadas atividades e à vedação de formação de oligopólios ou cartéis.

Justificativa:

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente

⁴ Nota: Na votação dos substitutivos do Relator na comissão de Sistematização, foi aprovado Destaque incluindo dispositivo no artigo que trata dos monopólios da União (Art. 207, V do Projeto A), prevendo monopólio também para a distribuição dos derivados de petróleo. Nesse sentido, algumas emendas localizadas nesta fase referem-se a este dispositivo.

Esta emenda oferece um posicionamento mais real diante da tormentosa questão da distribuição de combustíveis no país. Não afasta a presença das companhias de capital estrangeiro mas delega à lei fixar um percentual máximo de participação nessa importante atividade comercial.

Saliente-se que o pretendido monopólio, constante do projeto, vem recebendo inúmeras críticas dos setores responsáveis do país além de ter contra si a própria Petrobrás que, em tese, seria a maior beneficiária.

Parecer:

Esta Emenda propõe a supressão do Inciso V do Art. 207, que determina o controle, pelas empresas nacionais, da distribuição de derivados do petróleo e de álcool.

Ao mesmo tempo, pretende introduzir parágrafo ao Art.201 determinando que Lei específica fixará os limites máximos de participação individual de cada empresa, vedando a formação de oligopólios e cartéis.

Não concordamos com a proposta, uma vez que a empresa nacional, estatal e privada, tem plenas condições de absorver as mencionadas atividades, porém se vê impedida pela força do poder econômico das multinacionais do setor.

A redação contida no texto do Projeto Constitucional está mais condizente com os anseios da maioria do povo brasileiro e atende à realidade econômica do País no estágio em que se encontra o processo de desenvolvimento econômico.

Assim, pela rejeição da Emenda.

EMENDA:00874 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL/RJ)

Texto:

Suprima-se o item V do Art. 207, que será substituído pelo seguinte artigo, a ser inserido entre os de n. 207 e 208:

Art. - À empresa brasileira de capital nacional compete a distribuição dos derivados de petróleo na forma que a lei estabelecer.

Em consequência, acrescente-se ao Art. 27 do Ato das Disposições constitucionais Gerais e Transitórias, o seguinte Parágrafo único:

Parágrafo único - A União assegurará, pelo prazo a ser fixado na lei de que trata o Art. , o funcionamento o exercício das atividades das empresas distribuidoras de petróleo, cujo capital seja total ou majoritariamente estrangeiro.

Justificação:

A emenda vem eliminar as interpretações distorcidas e tendenciosas de representantes e defensores das multinacionais, quanto à medida aprovada pela Comissão de Sistematização.

Vem exorcizar o fantasma da estatização, tornando claro que se deseja prestigiar a iniciativa privada nacional. Vem exorcizar o fantasma das despesas mirabolantes com opulentas "indenizações" às multinacionais, que disporão de prazo e condições para exercerem e depois ajustarem suas atividades aos critérios que a lei vier estabelecer.

Afinal, as distribuidoras ganham mais (1,3%) para emprestar sua marca, do que a PETROBRAS (1,2%), no preço do derivado do petróleo, para pesquisar, produzir ou importar e refinar.

A emenda atende ao mais legítimo interesse nacional.

Parecer:

A emenda, redigida com inteligência e oportunidade, soluciona as controvérsias surgidas com a aprovação do dispositivo (item V do art. 207) pela Comissão de Sistematização.

Defende a empresa nacional, à qual competirá a distribuição dos derivados de petróleo, nela compreendida a PETROBRÁS, sem prejuízo da continuidade dos serviços das empresas estrangeiras, tudo na forma e nos prazos que serão definidos em lei.

Pela aprovação.

EMENDA:01078 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

Texto:

Emenda destinada a nacionalizar a distribuição dos derivados de petróleo. Acrescente-se ao art. 207 o inciso V, renumerando-se os demais e dando-se a seguinte redação:

.....
V - A distribuição dos derivados de petróleo, facultada a delegação do desempenho a empresas privadas constituídas com sede no País e maioria de capital nacional, só transferível mediante anuência do poder concedente.

Justificativa:

Uma das mais incompreensíveis e vultosas sangrias sofridas pela economia nacional decorre da distribuição dos derivados de petróleo. Para instituir o monopólio estatal do petróleo, o Brasil foi obrigado a deixar em poder do cartel mundial o privilégio da distribuição que era o filé mignon do processo operativo. A importação do óleo bruto estava em poder do truste.

Com a diversificação dos fornecedores a PETROBRAS passou a ocupar espaço, sem temer retaliação e a diminuir a margem no preço final da gasolina. Por outro lado, a Shell, Esso, Atlantic e Texaco deixaram de investir em postos, transporte e armazenagem. Os postos, os carros-pipa e os depósitos, em sua maior parte agora pertencem a brasileiros. O investimento dessas companhias é apenas uma telefonista que recebe pedidos dos postos e comunica aos motoristas dos carros-pipa e à refinaria, motoristas que pagam a elas depositando o dinheiro nos bancos indicados, apanham a gasolina na refinaria e entregam nos postos que só são estrangeiros na placa. Não há negócio mais lucrativo no mundo.

Na composição do preço da gasolina, a PETROBRAS recebe menos pelo refino do que é pago à distribuição e revenda. Num litro de gasolina vendido por CZ\$ 25,80, a PETROBRAS recebe pelo refino CZ\$ 0,30; as distribuidoras CZ\$ 0,32 e a revenda nos postos CZ\$ 1,40. O resto são subsídios e impostos.

Dessa incrível marmelada, cabe à Shell, 21%, à Esso, 15%, à Atlantic, 9,8%, à Texaco 8,9% e a outras 0,6%.

Em Junho último um gaúcho, Daniel Barmann, dono da Arbi Participações S/A, candidatou-se a comprar essa fabulosa guitarra da Atlantic e, segundo a ISTO É de 17.06.87, estava se dispondo a pagar 200 a 250 milhões de dólares.

Negócios assim vantajosos apenas existiam na China de antes de 1949 e eram universalmente conhecidos como "negócios da China".

Assim se explica porque o Brasil não tem recursos para hospitais, escolas, saneamento, equipamentos das Forças Armadas, polícia, tribunais e ainda mata 300.000 crianças de fome por ano.

As responsabilidades desta Assembléia Nacional Constituinte e de todos que lhe podem dar respaldo são, como se vê, imensas e as gerações vindouras não lhes perdoarão tamanha ignorância, pusilanimidade e perversidade. A Sony, para montar nos EUA uma fábrica de aparelhos de som, indústria que existe similar no país, foi obrigada a atribuir controle acionário a empresários norte-americanos.

Esta emenda modestamente pede que a distribuição, tarefa que não é uma indústria mas apenas uma telefonista, seja dividida com empresários brasileiros.

Parecer:

Objetiva a Emenda em exame alterar o Item V do art. 207 do Projeto de Constituição para acrescentar a delegação de desempenho na distribuição dos derivados de petróleo por empresas privadas e retirar o "prazo determinado, no interesse nacional".

Na Justificação, o Autor alega que sua proposta visa garantir a distribuição de derivados de petróleo também por empresários brasileiros, visto que isso atualmente não é feito pelas empresas estrangeiras, mas apenas por uma telefonista que dá ordens aos motoristas de carros-pipa e a refinaria.

Entendemos que, redigido como está, o texto constitucional atenderá melhor aos interesses nacionais.

Portanto, para manter o texto do art. 207 do Projeto, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:01457 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HUMBERTO SOUTO (PFL/MG)

Texto:

Artigo 207

Acrescente-se um parágrafo ao art. 207, com a seguinte redação:

é - A lei disciplinará a distribuição de derivados de Petróleo e Álcool carburante, preservando-se a livre iniciativa, com prioridade para as empresas com maioria de capital nacional.

Justificativa:

O petróleo vendido no Brasil, hoje com perto de 60% produzido pela Petrobrás, custa grande sacrifício ao povo brasileiro, não sendo justo que a venda e revenda no mercado interno não receba pelo menos uma prioridade para empresas com maioria de capital nacional.

Parecer:

A emenda vem preencher lacuna existente no texto.
Por esse motivo, somos pela sua aceitação, nos termos e com a redação da emenda no. 2p00874-7.

EMENDA:01568 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARDOSO ALVES (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo emendado: art. 207, (Título VII, Capítulo I)

Acrescente-se parágrafo ao art. 207 ao Projeto de Constituição, com a redação seguinte:
A lei disciplinará a distribuição de derivados de petróleo e álcool carburante, preservando-se a livre iniciativa inclusive na venda e revenda.

Justificativa:

A consciência nacional não admite a extinção do monopólio da União sobre a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural e sobre outras questões vinculadas à matéria a que se trata de assunto intimamente ligado ao bem-estar da coletividade e de capital importância para a segurança nacional.

Retendo o poder público o domínio do núcleo da questão do petróleo – pesquisa, lavra e refino – fica ele apto a reprimir eventuais abusos no exercício daquela atividade. Portanto, não há qualquer conveniência em incluir-se no monopólio estatal do petróleo, o do transporte até a porta do consumidor.

O disciplinamento legal desse aspecto da questão petrolífera irá, com certeza, impossibilitar a concessão de privilégios a esta ou aquela empresa por meio de simples atos administrativos de autoridades de segundo ou até terceiro escalão.

Sob a proteção de normas legais, as empresas privadas irão disputar a distribuição do produto em foco num clima de sã competição que produz, sempre, bons resultados em favor do consumidor.

“A lei disciplinará a distribuição de derivados de petróleo e álcool carburante, preservando-se a livre iniciativa inclusive na venda e revenda”.

Parecer:

Opinamos pelo acolhimento da Emenda em face da aprovação da No. 00874-7.
Pela aprovação

EMENDA:01939 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Capítulo I, do Título VII, um novo artigo, de n. 208, renumerando-se o atual artigo 208 e os demais e suprimindo, em consequência, o inciso V, do art. 207, com a seguinte redação:

"Art. 208 - A atividade de distribuição de

combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, e de álcool etílico hidratado, é privativa de empresas nacionais, ressalvada, às empresas brasileiras de capital estrangeiro a atual participação física individual que detenham no mercado.""

Justificativa:

A valorização da empresa privada nacional é um dos requisitos essenciais do desenvolvimento econômico do país. Cabe, portanto, à Constituição, criar as condições para a sua consolidação e expansão em todos os setores em que são seja imprescindível, por motivo estratégico ou de segurança nacional, a atuação direta do Estado.

Ocorre que a extensão do monopólio da União à distribuição de derivados do petróleo e do gás natural, como constante do inciso V do art. 207, além de desnecessária e contraproducente, apresenta aspectos altamente perniciosos para o desenvolvimento do setor privado nacional e até mesmo para os interesses dos consumidores. Além disso, estar-se-ia criando mais um regime de concessão, com todos os inconvenientes da burocratização e da formação de interesses cartoriais que dele decorreriam. Como se sabe, o Governo Federal já se encontra sobrecarregado de atribuições que contribuem par a crescente ineficiência do setor público.

Louvável, no entanto, é o intuito de ampliar a participação de empresas privadas nacionais na distribuição de derivados do petróleo, álcool carburante e gás liquefeito de petróleo. Tal participação é, hoje, extremamente reduzida, situando-se em torno de 10% do mercado, enquanto as empresas estrangeiras detêm cerca de 50%. A presença das empresas estrangeiras no setor foi, de início, uma decorrência inevitável do seu patrimônio em todas as fases de pesquisa, exploração, refino e comercialização do petróleo e de seus derivados. Não existia frota nacional, nem tecnologia capazes de dar segurança a esse tipo de atividade. Hoje, no entanto, esses recursos encontram-se amplamente dominados, sendo que, no caso do álcool etílico hidratado, foram inteiramente desenvolvidos no Brasil. Acresce, ainda, que a indústria automobilística nacional já produz a totalidade de veículos utilizados no transporte especializado desse tipo de carga.

Assim sendo, é do mais alto interesse nacional que se amplie o acesso de empresas genuinamente brasileiras ao setor. Não se trata, no caso, de uma proposição de índole nacionalista radial ou de restrição á presença do capital estrangeiro no país. Ao contrário, entende-se que o investimento alienígena deva ser direcionado para setores carentes de capital e tecnologia, nos quais a empresa privada nacional não tem condições de atuar automaticamente.

O dispositivo proposto coaduna-se, portanto, com a norma do art. 201 que estabelece que os investimentos estrangeiros serão admitidos exclusivamente no interesse nacional.

Por outro lado, garante-se às empresas estrangeiras a preservação de seus atuais níveis de participação no mercado interno. Na medida em que se amplie o mercado – fruto inevitável do crescimento econômico – haverá oportunidade para que as empresas nacionais aumentem sua participação, propiciando, assim, o desejável equilíbrio entre o setor estatal, o setor privado nacional e o capital estrangeiro.

Parecer:

Rejeitada, em face da aprovação da emenda número 00874-7.

EMENDA:02045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Dispositivo emendado – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Dê-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 71. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo e álcool carburante, respeitados os princípios desta Constituição.

[...]

Assinaturas

- | | | |
|-------------------------|--------------------|---------------------|
| 1. Bonifácio de Andrade | 4. Gilson Machado | 7. Osvaldo Sobrinho |
| 2. Carlos Sant'anna | 5. Nabor Júnior | 8. Osvaldo Coelho |
| 3. Délio Braz | 6. Geraldo Fleming | 9. Hilário Braun |

- | | | |
|--------------------------------------|--|--------------------------------------|
| 10. Edivaldo Motta | 56. Aloísio Vasconcelos | 103. Jorge Bornhausen |
| 11. Paulo Zarzur (Em
Apoioamento) | 57. Roberto Torres | 104. Alexandre Puzyna |
| 12. Nilson Gibson | 58. Arnaldo Faria de Sá | 105. Artenir Werner |
| 13. Milton Reis | 59. Amaral Netto | 106. Cláudio Ávila |
| 14. Marcos Lima | 60. Antônio Salim Curiati | 107. José Agripino |
| 15. Milton Barbosa | 61. José Luiz Maia | 108. Divaldo Suruagy |
| 16. Daso Coimbra | 62. Carlos Virgílio | 109. Rosa Prata |
| 17. João Resek | 63. Ezio Ferreira | 110. Mário de Oliveira |
| 18. Roberto Jeffereson | 64. Sadie Hauache | 111. Sílvio de Abreu |
| 19. João Menezes | 65. José Dutra | 112. Luiz Leal |
| 20. Vingt Rosado | 66. Carrel Benevides | 113. Genésio Bernardino |
| 21. Cardoso Alves | 67. Joaquim Sucena (Em
Apoioamento) | 114. Alfredo Campos |
| 22. Paulo Roberto | 68. Luiz Marques | 115. Theodoro Mendes |
| 23. Lourival Batista | 69. Orlando Bezerra | 116. Amilcar Moreira |
| 24. Rubem Branquinho | 70. Furtado Leite | 117. Oswaldo Almeida |
| 25. Cleonânio Fonseca | 71. Siqueira Campos | 118. Ronaldo Carvalho |
| 26. Fernando Gomes | 72. Aluízio Campos | 119. José Freire |
| 27. Agripino de Oliveira
Lima | 73. Eunice Michilis | 120. José Mendonça Bezerra |
| 28. Narciso Mendes | 74. Samir Achoa | 121. José Lourenço |
| 29. Marcondes Gadelha | 75. Maurício Nasser | 122. Vinicius Cansanção |
| 30. Mello Reis | 76. Mauro Sampaio | 123. Ronaro Corrêa |
| 31. Arnold Fioravante | 77. Stélio Dias | 124. Paes Landim |
| 32. Jorge Arbage | 78. Airtton Cordeiro | 125. Alécio Dias |
| 33. Chagas Duarte | 79. José Carmargo | 126. Mussa Demes |
| 34. Álvaro Pacheco | 80. Matos Leão | 127. Jessé Freire |
| 35. Felipe Mendes | 81. José Tinoco | 128. Gandi Jamil |
| 36. Alysson Paulinelli | 82. João Castelo | 129. Alexandre Costa |
| 37. Aloysio Chaves | 83. Guilherme Palmeira | 130. Albérico Cordeiro |
| 38. Sotero Cunha | 84. Ismael Wanderley | 131. Iberê Ferreira |
| 39. Messias Góis | 85. Antônio Câmara | 132. José Santana de
Vasconcellos |
| 40. Gastone Righi | 86. Henrique Eduardo
Alves | 133. Christovam Chiaradia |
| 41. Dirce Tutu Quadros | 87. Djenal Gonçalves | 134. Oscar Corrêa |
| 42. José Elias Murad | 88. José Egreja | 135. Maurício Campos |
| 43. Mozarildo Cavalcanti | 89. Ricardo Izar | 136. Asdrubal Bentes |
| 44. Flávio Rocha | 90. Afif Domingos | 137. Jarbas Passarinho |
| 45. Gustavo de Faria | 91. Jayme Paliarin | 138. Gerson Peres |
| 46. Flávio Palmier da
Veiga | 92. Delfim Netto | 139. Carlos Vinagre |
| 47. Gil César | 93. Farabulini Júnior | 140. Fernando Velasco |
| 48. João da Mata | 94. Fausto Rocha | 141. Arnaldo Moraes |
| 49. Dinísio Hage | 95. Tito Costa | 142. Fausto Fernandes |
| 50. Leopoldo Peres | 96. Caio Pompeu | 143. Domingos Juvenil |
| 51. Expedito Machado | 97. Felipe Cheidde | 144. José Elias |
| 52. Manoel Viana | 98. Virgílio Galassi | 145. Rodrigues Palma |
| 53. Mário Bouchardet | 99. Manoel Moreira | 146. Levy Dias |
| 54. Melo Freire | 100. Victor Fontana | 147. Rubem Figueiró |
| 55. Leopoldo Bessone | 101. Orlando Pacheco | 148. Rachid Saldanha Derzi |
| | 102. Ruberval Pilotto | 149. Ivo Cersósimo |
| | | 150. João Lobo |

151. Inocêncio Oliveira	198. Alvaro Antonio	244. Edison Lobão
152. Salatiel Carvalho	199. Irapuan Costa Junior	245. Vitor Trovão
153. José Moura	200. Roberto Balestra	246. Onofre Correa
154. Marco Maciel	201. Luiz Soyer	247. Alberico Filho
155. José Mendonça Bezerra	202. Naphtali Alves Souza	248. Vieira da Silva
156. Ricardo Fiuza	203. Jalles Fontoura	249. Costa Ferreira
157. Paulo Marques	204. Paulo Roberto Cunha	250. Elieser Moreira
158. Telmo Kirst	205. Pedro Canedo	251. José Teixeira
159. Darcy Pozza	206. Lucia Vania	252. Julio Campos
160. Arnaldo Prieto	207. Nion Albernaz	253. Ubiratan Spinelli
161. Osvaldo Bender	208. Fernando Cunha	254. Jonas Pinheiro
162. Adylson Motta	209. Antonio de Jesus	255. Louremberg Nunes Rocha
163. Paulo Mincarone	210. Luiz Eduardo	256. Roberto Campos
164. Adrioaldo Streck	211. Eraldo Tinoco	257. Cunha Bueno
165. Victor Faccioni	212. Benito Gama	258. Francisco Carneiro
166. Luis Roberto Ponte	213. Jorge Viana	259. Meira Filho
167. João de Deus Antunes	214. Angelo Magalhães	260. Marcia Kubistschek
168. Matheus Iensen	215. Max Rosenmann	261. Annibal Barcellos
169. Antônio Ueno	216. Leur Lomanto	262. Geovani Borges
170. Dionísio Dal Prá	217. Jonival Lucas	263. Eraldo Trindade
171. Jacy Scanagatta	218. Sergio Brito	264. Antonio Ferreira
172. Basílio Vilani	219. Waldeck Ornelas	265. Maria Lucia
173. Osvaldo Trevisan	220. Francisco Benjamin	266. Maluly Neto
174. Renato Johnsson	221. Etevaldo Nogueira	267. Carlos Alberto
175. Ervin Bonkoski	222. João Alves	268. Gidel Dantas
176. Jovanni Masini	223. Francisco Diogenes	269. Aduino Pereira
177. Paulo Pimentel	224. Antonio Carlos Mendes Thame	270. José Carlos Coutinho
178. José Carlos Martin	225. Jairo Carneiro	271. Wagner Lago
179. Arolde de Oliveira	226. José Lins	272. João Machado Rolemberg
180. Rubem Medina	227. Rita Furtado	273. Odacir Soares
181. Francisco Sales	228. Jairo Azi	274. Mauro Miranda
182. Assis Canuto	229. Fabio Raunhetti	275. Sarney Filho
183. Chagas Neto	230. Feres Nader	276. Cesar Cals Neto
184. José Viana	231. Eduardo Moreira	277. Osmar Leitão
185. Lael Varella	232. Manoel Ribeiro	278. Simão Sessin
186. Denisar Arneiro	233. José Melo	279. Miraldo Gomes
187. Jorge Leite	234. Jesus Tajra	280. Antonio Carlos Franco
188. Aloisio Teixeira	235. Aécio de Borba	281. Franciscos Coelho
189. Roberto Augusto	236. Bezerra de Melo	282. Francisco Rolemberg
190. Messias Soares	237. Nyder Barbosa	283. Albano Franco
191. Dalton Canabrava	238. Pedro Ceolin	284. Erico Pegoraro
192. Merluce Pinto	239. Homero Santos	285. Carlos de Carli
193. Ottomar Pinto	240. Chico Humberto	286. Evaldo Gonçalves
194. Olavo Pires	241. Osmundo Rebouças	287. Raimundo Lira
195. Sergio Werneck	242. Enoc Vieira	
196. Raimundo Rezende	243. Joaquim Haichel	
197. José Geraldo		

Justificativa:

Os dispositivos acima contém matéria de adaptação das normas constitucionais permanentes às situações jurídicas anteriores

da emenda nº 1 à Constituição de 1967 ao novo cenário de direito instituído pela Constituição que deverá ser promulgada. São providências legais de ordem peculiar em que, por diversos meios, o constituinte procura corresponder aos anseios das diversas camadas sociais nessa fase de transformação legal. Merece, por estas razões, o apoio do Plenário.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. No mérito, opino pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

PELA APROVAÇÃO:

Art. 1º ("caput"); Art. 2º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 3º ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 4º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Art. 5º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 6º ("caput"), incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; Art. 8º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º; Art. 9º ("caput"); Art. 10 ("caput") , Parágrafo único; Art. 11 ("caput"); Art. 12 ("caput"), § 1º, incisos I e II, alíneas "a", "b" e "c", §§ 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 13 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III, IV e V, § 2º, incisos I, II e III; Art. 14 ("caput"); Art. 15 ("caput"), Parágrafo único; Art. 16 ("caput") , incisos I e II, §§ 1º e 2º; § 1º do Art. 17; Art. 18 ("caput"); Art. 20 ("caput"), Parágrafo único; Art. 22 ("caput"); Parágrafo único do Art. 23; Art. 24 ("caput"); Art. 25 ("caput"); Art. 26 ("caput"); Art. 27 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 28 ("caput"); Art. 29 ("caput"); Art. 32 ("caput"); Art. 33 ("caput"); Art. 34 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 36 ("caput"); Art. 37 ("caput"); Art. 38 ("caput"), §§ 12, 22 e 32; Art. 39 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 40 ("caput"); Art. 41 ("caput"); Art. 42 ("caput"); Art. 43 ("caput"); Art. 44 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 47 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 48 ("caput"); Art. 49 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 50 ("caput"); Art. 51 ("caput"); Art. 52 ("caput"); Art. 53 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 55 ("caput"); Art. 56 ("caput"); Art. 57 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 58 ("caput"); Art. 60 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 61 ("caput"); Art. 62 ("caput"); Art. 63 ("caput"); Art. 64 ("caput"); Art. 65 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 68 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 69 ("caput"); Art. 71 ("caput"); Art. 72 ("caput").

PELA REJEIÇÃO:

§ 6º do Art. 6º (Emenda nº 739-2, Lourival Baptista); Art. 7º ("caput"); § 1º do Art. 11 (Emenda nº 1901-3, Genebaldo Correia); Art. 17 ("caput"), § 22; Art. 19 ("caput"); Art. 21 ("caput"); Art. 23 ("caput"); § 22 do Art. 27; Art. 30 ("caput"); Art. 31 ("caput"); Art. 35 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º (Emenda nº 73-8, Cunha Bueno); Art. 44 ("caput") (Emenda nº 1942-1, Mário Covas); Art. 45 ("caput"), §§ 1º e 2º (Emenda nº 1943, Mário Covas); Art. 54 ("caput") (Emenda nº 754-6, Jarbas Passarinho); Art. 59 ("caput") (Emenda nº 14-2, Valmir Campelo); Art. 66 ("caput"); Art. 67 ("caput").

FASE U

EMENDA:00047 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO MACEDO (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se por inteiro e por desnecessário o art.

51 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Objetiva a Emenda suprimir o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por entendê-lo dispensável.

Parece-nos que o dispositivo deve ser mantido no texto constitucional, pois a regulamentação da venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros através de lei não impede que o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás continuem a regular o assunto através de atos normativos e que o mercado flua normalmente.

Somos, pois, pela rejeição.

EMENDA:00327 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB/MT)

Texto:

Suprima-se o Artigo 51 das Disposições

Transitórias do Projeto B de Constituição.

Justificativa:

A venda e revenda de derivados de petróleo e álcool hidratado é hoje regulada pelo Conselho Nacional do Petróleo, responsável em conjunto com a Petrobrás, na garantia do monopólio estatal do petróleo.

A matéria de que trata o referido artigo foi longamente debatida quando do primeiro turno de votações e caracterizada como típica de tratamento por lei ordinária. Daí o porque se faz mister a sua supressão.

Além disso, a supressão proposta evitará possíveis tentativas de reserva de mercado, mantendo a livre iniciativa do sistema, beneficiando o consumidor final, mediante adequação correta do mercado.

Parecer:

Objetiva a Emenda suprimir o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por entendê-lo dispensável. Parece-nos que o dispositivo deve ser mantido no texto constitucional, pois a regulamentação da venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros através de lei não impede que o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás continuem a regular o assunto através de atos normativos e que o mercado flua normalmente. Somos, pois, pela rejeição.

EMENDA:00397 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DASO COIMBRA (PMDB/RJ)

Texto:

Suprima-se o Artigo 51 das Disposições Constitucionais Transitórias do Projeto (B) de Constituição.

Justificativa:

A venda e revenda de derivados de petróleo e álcool hidratado é totalmente regulada pelo Conselho Nacional de Petróleo e pela Petrobrás, a quem cabe legitimar e assegurar o monopólio do petróleo previsto no Artigo 183 do texto constitucional.

É necessária a supressão pois a matéria deve continuar a ter tratamento normal através das entidades supra mencionadas, não cabendo sua inclusão no texto constitucional.

Parecer:

Objetiva a Emenda suprimir o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por entendê-lo dispensável. Parece-nos que o dispositivo deve ser mantido no texto constitucional, pois a regulamentação da venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros através de lei não impede que o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás continuem a regular o assunto através de atos normativos e que o mercado flua normalmente. Somos, pois, pela rejeição.

EMENDA:01462 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

Suprima-se o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

O que a lei determinar fará em obediência aos princípios constitucionais superiores. O dispositivo que suprimimos trata de matéria relativa à lei ordinária e atos normativos. Desnecessário incluir-se no texto constitucional.

Parecer:

Objetiva a Emenda suprimir o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por entendê-lo dispensável. Parece-nos que o dispositivo deve ser mantido no texto constitucional, pois a regulamentação da venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros através de lei não impede que o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás continuem a regular o assunto através de atos normativos e que o mercado flua normalmente. Somos, pois, pela rejeição.

FASE W

EMENDA:00002 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

O art. 237 do projeto passa a ter esta redação:
Art. 237. A lei ordenará a venda e revenda de

álcool carburante bem como de combustíveis derivados de petróleo ou de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.

Justificativa:

O correto é dizer-se que o combustível é derivado de petróleo e, não, combustível de petróleo. O projeto buscou evitar a repetição da palavra derivados mas acabou incorrendo em erro grave. Esta emenda reproduz o sentido original do dispositivo, porém, com melhor técnica legislativa.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 238 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.